



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

16/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Usar declaração pré-preenchida do IR não evita malha fina

A declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2023 será liberada nesta quarta-feira (15) pela Receita Federal, mas o seu uso não evitará que o contribuinte caia na malha fina.

O modelo foi ampliado neste ano e trará parte dos dados preenchidos com o cruzamento de informações que chegam à Receita. A intenção é aumentar o número de contribuintes que optam pelo recurso para 25%. No ano passado, 7,6% escolheram essa alternativa.

Apesar de ter parte dos dados pré-preenchidos, a Receita alerta que caberá a quem declara a obrigação de verificar, corrigir e complementar os dados. Portanto se o contribuinte encontrar divergências nas informações, ele tem de alterar a declaração e, se possível, informar a fonte originária sobre a diferença.

"O contribuinte precisa mudar o dado na declaração, avisar o outro lado e guardar o comprovante, caso não ocorra a alteração. Se a fonte (originária da informação) não corrigir, a declaração cairá na malha fina e será retida", diz Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

A Receita informa ainda que o cidadão "não deve confiar somente na pré-preenchida" e tem de complementar o que não estiver de informação, pois o cruzamento de dados continuará da prestação correta dos rendimentos, pagamentos, bens e outros dados solicitados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de março.

Aposentado com doença no litoral de SP pode pedir isenção do Imposto de Renda

Aposentados portadores de doenças graves têm direito à isenção do Imposto de Renda (IR). Entretanto, para solicitar o benefício é necessário providenciar a documentação necessária e, eventualmente, ingressar com ação na Justiça para garantir o direito. A Receita Federal divulgou recentemente as regras do Imposto de Renda 2023, ano-base 2022. O prazo de entrega vai do próximo dia 15 até 31 de maio.

A Lei 7.713/88 garante a isenção ao aposentado e pensionista que seja portador de doenças como a Aids, alienação mental, tuberculose, cegueira, tumores malignos, hanseníase, Parkinson, paralisia incapacitante, esclerose múltipla e cardiopatia grave, entre outras, assim como aos aposentados por invalidez.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é necessário que o aposentado não esteja mais na ativa. O benefício não se restringe aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e também são isentos de declaração os proventos relacionados a aposentadorias, pensões e previdências complementares, tal como fundos de pensão e a previdência privada.

"Os aposentados e pensionistas são os que mais sofrem com os gastos com a saúde", justifica o advogado previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin, João Badari.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 16 de março.

Santos dos buracos: asfalto afunda e abre cratera no Canal 4

Um buraco surgiu no asfalto da Avenida Siqueira Campos (Canal 4), sentido Porto, próximo à Rua Santos Dumont, no Macuco, em Santos, nesta quarta-feira (15). Moradores dos arredores registraram o momento em que um operador da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos desvia os veículos.

Em nota, a Prefeitura afirma que está exigindo da **Sabesp** o reparo imediato da cratera causada pela rede de esgoto no Canal 4 e vai cobrar as responsabilidades pelos recorrentes transtornos que vem sendo causado pela Companhia na Cidade.

"Vale lembrar, que diante do último incidente na Rua Goiás, onde um jovem acabou com uma fratura, a Prefeitura multou a Companhia. Além disso, a Prefeitura acionou a Arseps, agência reguladora deste contrato, para acionar a empresa. O próximo passo será ingressar com uma ação judicial". Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 16 de março.

Inflação dará alívio a pobres e pesará mais na classe média, dizem especialistas

Depois de castigar fortemente os mais pobres nos últimos três anos, a inflação de alimentos deve dar trégua em 2023.

Neste ano, a classe média é quem deve sentir mais o peso da aceleração dos preços, que será mais forte nos itens administrados (como gasolina e energia elétrica) do que nos alimentos.

Em debate promovido pela Folha e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, especialistas avaliam que uma das prioridades do governo Lula será manter e aperfeiçoar os benefícios sociais aos mais pobres. Pois, embora em ritmo de alta menor, os alimentos já reduziram muito o poder de compra dessa faixa da população.

Segundo André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Ibre-FGV, os alimentos no domicílio dispararam 45% nos últimos três anos, para uma inflação oficial acumulada de 22,8% no período.

Para 2023, Braz estima que a alta dos alimentos será de 3,7%, abaixo da expectativa de mercado para o IPCA, de cerca de 6%.

"Mas é preciso lembrar que os salários são muitas vezes corrigidos pela média do IPCA, não pela inflação de alimentos. Logo, a perda de renda dos mais pobres levará muito tempo para ter uma reposição em relação à variação passada dos preços da alimentação", afirma.

Braz destaca que outros índices de preços, como da inflação no atacado, vêm mostrando desacelerações importantes, assim como de bens duráveis, com previsão de alta entre 3,5% e 4%.

"Em 2023 haverá uma certa inversão, com os alimentos saindo do foco, que passará aos preços administrados, que atingem mais a classe média. A diferença é que esse grupo pode estar se beneficiando dos juros elevados, pois normalmente tem reservas em aplicações financeiras", diz.

Silvia Matos, pesquisadora e coordenadora do Boletim Macro Ibre-FGV, afirma que, embora haja alguma trégua na inflação de alimentos, a atividade econômica também está desacelerando, o que pode trazer perda ou estagnação da renda dos mais pobres. Em sua estimativa, a economia brasileira deve crescer ao redor de 0,3% neste ano.

"A baixa atividade não levará a grandes ganhos para os mais pobres no mercado de trabalho, daí a importância das políticas de transferência de renda, que precisam ser cada vez mais aperfeiçoadas, levando em conta o perfil dos beneficiários."

Matos lembra que, desde a pandemia, o volume de recursos destinados ao atual Bolsa Família (que virou Auxílio Emergencial e depois Auxílio Brasil no governo Bolsonaro) passou de 0,5% como proporção do PIB para 1,5% atualmente.

Para Daniela Campello, cientista política e professora da FGV-Ebape, o cenário de desaquecimento econômico em 2023, apesar dos benefícios sociais, pode trazer problemas de popularidade para o presidente Lula e à sua relação com o Congresso.

"Este é um governo que foi eleito com a proposta de melhorar a vida dos mais pobres, mas com margem muito apertada de votos e em um país dividido", afirma Campello.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de março.

Copom deve manter juros a 13,75% em próxima reunião

Mesmo com a enfática defesa do presidente Lula (PT) de que é necessário reduzir os juros no Brasil, país que ostenta o título de campeão mundial de juros reais mais altos, a tendência é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não diminua a taxa básica de juros no próximo encontro, nos próximos dias 21 e 22.

Comandado pelo bolsonarista Roberto Campos Neto, o BC provavelmente irá manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. "A grande expectativa do governo é que o comitê sinalize, tanto no comunicado quanto na ata (documentos que explicam as decisões), que é possível antecipar a queda de juros para meados de 2023. E esse será o ponto mais importante a ser observado", escreve a colunista Mariana Londres, do UOL.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de março.